

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VAGNER FERREIRA DA SILVA

ANÁLISE DO PROGRAMA PRIMEIRA EXPORTAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ  
2010-2013

CURITIBA  
2014

VAGNER FERREIRA DA SILVA

ANÁLISE DO PROGRAMA PRIMEIRA EXPORTAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ  
2010-2013

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná. Como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Adilson Antonio Volpi.

CURITIBA  
2014

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

VAGNER FERREIRA DA SILVA

ANÁLISE DO PROGRAMA PRIMEIRA EXPORTAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ  
2010-2013

Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

---

Orientador: Professor M.e Antonio Adilson Volpi.  
Setor de Ciências Sociais Aplicadas  
Universidade Federal do Paraná

---

Professora D.ra Denise Maria Maia.  
Setor de Ciências Sociais Aplicadas  
Universidade Federal do Paraná

---

Professor D.r José Wladimir Freitas da Fonseca.  
Setor de Ciências Sociais Aplicadas  
Universidade Federal do Paraná

Curitiba, 2014

*Dedico esta monografia principalmente aos meus queridos pais, **Giseuda e Francisco**, que me ajudaram em todos os momentos que fossem necessário para concretização de mais essa etapa de minha vida. E a minha amada **Ana Paula**, que sempre está ao meu lado me incentivando. E por fim aos meus irmãos, especialmente minha irmã **Rosangela** que é “uma verdadeira lutadora”.*

“Escolha sempre o caminho que pareça o melhor, mesmo que seja o mais difícil; o hábito brevemente o tornará fácil e agradável”.

Pitágoras

## **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo analisar o Programa Primeira Exportação, desenvolvido pelo Governo Federal em 2007 nos Estados de Rio Grande do Norte, Goiás e Espírito Santo, e aplicado no Estado do Paraná em 2010. Verificando quais foram os impactos ocasionados sobre as MPEs que participaram do programa. Para isso foram utilizados dados disponíveis via internet e dados obtidos através de questionário respondido pelos próprios empresários que participaram do programa de incentivo as exportações. A conclusão da análise é que o programa tornou de extrema importância para que as empresas participantes realizassem a primeira exportação e conseqüentemente a ocorrência de maior capacitação técnica da administração empresa participante.

**Palavras-chave:** Micro e Pequenas Empresas, Programa Primeira Exportação e Políticas Fiscais.

## **ABSTRACT**

This study aims to analyze the First Export Programme, developed by the Federal Government in 2007 in the states of Rio Grande do Norte, Goiás and Espírito Santo, and applied in the State of Paraná in 2010. Checking which were caused impacts on micro and small businesses that participated in the program. Available data will be used via internet and data taken through a questionnaire answered by the entrepreneurs themselves who participated in the incentive program exports to that. Allowing the conclusion that the program became of vital importance to the participating companies fulfilled His first export and hence the occurrence of better internal management company.

**Key Words:** Micro and Small Enterprises, Programme First Export and Tax Policy.

## **LISTA DE SIGLAS**

APEX – Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimento.

ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

DIEESE – Departamento de Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

EPP – Empresa de Porte Pequeno.

FAE – Faculdade Anglicana Erechin.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia Qualidade e Tecnologia.

MDIC- Ministério da Indústria e Comércio.

ME – Micro Empresa.

MPES – Micro e Pequenas Empresas.

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego.

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.

PMES – Pequenas e Médias Empresas.

PIB – Produto Interno Bruto.

PPE – Programa Primeira Exportação.



SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio as Pequenas Empresas.

SECEX – Secretaria de Comércio Exterior.

SEIM – Secretaria da Indústria, Comércio e Assuntos do MERCOSUL.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – taxa de Crescimento da MPs.

Tabela 2 – Exportação por Porte de Empresa.

Tabela 3 – Participação em Percentual sobre o número de Empresa 2012.

Tabela 4 – Participação em Percentual sobre o valor de 2012.

Tabela 5 – Exportação por Porte de Empresa.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1 AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS .....</b>	<b>11</b>
1. 1 Lei Geral.....	15
1. 2 Leis Complementares .....	16
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>21</b>
<b>3 PROGRAMA PRIMEIRA EXPORTAÇÃO .....</b>	<b>24</b>
3. 1 A origem do Programa Primeira Exportação.....	26
3. 2 Metodologia Empregada No Projeto Piloto.....	28
3. 3 Resultados do Projeto Piloto Programa Primeira Exportação .....	29
<b>4 PROGRAMA PRIMEIRA EXPORTAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ.....</b>	<b>31</b>
4. 1 Resultados do Programa Primeira Exportação no Paraná .....	33
4. 2 O Custo do Programa Primeira Exportação No Estado Do Paraná .....	36
4. 3 O Continuidade do Programa Primeira Exportação .....	37
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>38</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>40</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>45</b>

## INTRODUÇÃO

Apropriar-se dos benefícios ligados ao comércio exterior, para o pequeno produtor interno brasileiro é uma tarefa nada fácil, pois exige do mesmo, capacidades acima do comum, já que o cenário é desfavorável devido a elevada burocracia brasileira e concorrentes internacionais melhores preparados. Para isso o uso de incentivos fiscais na forma de programas voltados ao desenvolvimento das pequenas atividades econômicas torna-se de extrema importância.

O presente trabalho tem como objetivo descrever as principais vantagens econômicas obtidas pelas micro e pequenas empresas ao aderirem em programas de incentivos às exportações advindas do Governo Federal em parceria com os Governos Estaduais e quais os resultados que o programa “Primeira Exportação” gerou no desenvolvimento das micro e pequenas empresas participantes.

O referencial teórico utilizado como base são os princípios relacionados à importância da política fiscal de incentivo a exportação no contexto de disseminar uma cultura exportadora no país. Abordam-se os princípios teóricos institucionalistas nas relações partindo do Estado aos particulares e posteriormente uma abordagem de Schumpeter, na explicação do comportamento dos empresários sob o ponto de vista estratégico voltado ao crescimento empresarial.

A metodologia empregada no presente trabalho é a metodologia descritiva. Pois a finalidade é a de coletar, registrar, observar e analisar os fatos e efeitos decorridos e gerados, referente ao Programa Primeira Exportação implantado no Estado do Paraná no ano de 2010. (ANDRADE, 1994).

No primeiro capítulo é apresentado a importância das MPEs: 1. 1 Lei geral; e 1.1 Leis Complementares. No segundo capítulo será apresentado o referencial teórico da presente monografia, seguido da contextualização histórica que proporcionou o surgimento do Programa Primeira Exportação. No terceiro capítulo é trabalhado o projeto piloto do programa Primeira exportação. E no quarto capítulo o desenvolvimento da análise e interpretação dos dados coletados referentes ao programa implantado no Estado do Paraná.

O programa beneficiou dez empresas paranaenses, mas somente uma empresa que é a Satech, conseguiu realizar o objetivo primordial que era o de efetuar a primeira exportação. O programa também deixou outras três empresas prontas para realizarem sua primeira exportação a qualquer momento.

## 1 AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

As micro e pequenas empresas sempre tiveram sua importância ao longo da formação histórica do mercado como observamos até nos dias atuais, devido a grande geração de renda e empregos. E constantemente são forçadas a estarem evoluindo devido à concorrência com as grandes empresas e multinacionais, caso queiram permanecer no mercado.

A seguir é demonstrada a taxa de sobrevivência das MPEs no Brasil, que teve uma tendência de estabilização com crescimento ao longo dos anos.

Tabela 1 – taxa de Crescimento da MPs.

Empresas constituídas em 2005	73,60%
Empresas constituídas em 2006	75,10%
Empresas constituídas em 2007	75,60%
Nascimento de Micro e pequenas Empresas No Brasil	Taxa

Fonte: IBGE (2010)

Gráfico acima mostra que as empresas constituídas em 2005 foram verificadas nas bases de dados do IBGE nos anos 2005, 2006, 2007 e 2008. As empresas constituídas em 2006 foram verificadas em 2006, 2007, 2008 e 2009. E as empresas constituídas em 2007 foram verificadas em 2007, 2008, 2009 e 2010.

Utilizar programas oriundos do Governo para facilitar o fortalecimento interno da empresa acaba sendo uma boa opção estratégica para o crescimento. Com isso a maioria dos empresários ao sonhar com o crescimento dos lucros através do mercado internacional acaba proporcionando em sua atividade, uma melhoria na

capacitação técnica da empresa, já que é de vital importância para empresa que deseje competir no mercado externo estar bem preparada tecnicamente.

A importância das MPEs na economia brasileira é bem expressiva, dado que sua participação atual na economia do Brasil representa 20% do PIB, ou seja, representam 99% das empresas formais (5,7 milhões de MPEs), 60% dos empregos formais e informais (56,4 *milhões de empregos*) e movimentando anualmente cerca de R\$ 700 bilhões na economia. (IBGE, 2012). ,

No entanto as MPEs possuem baixa participação sobre as exportações brasileiras, como é demonstrado no gráfico a seguir:

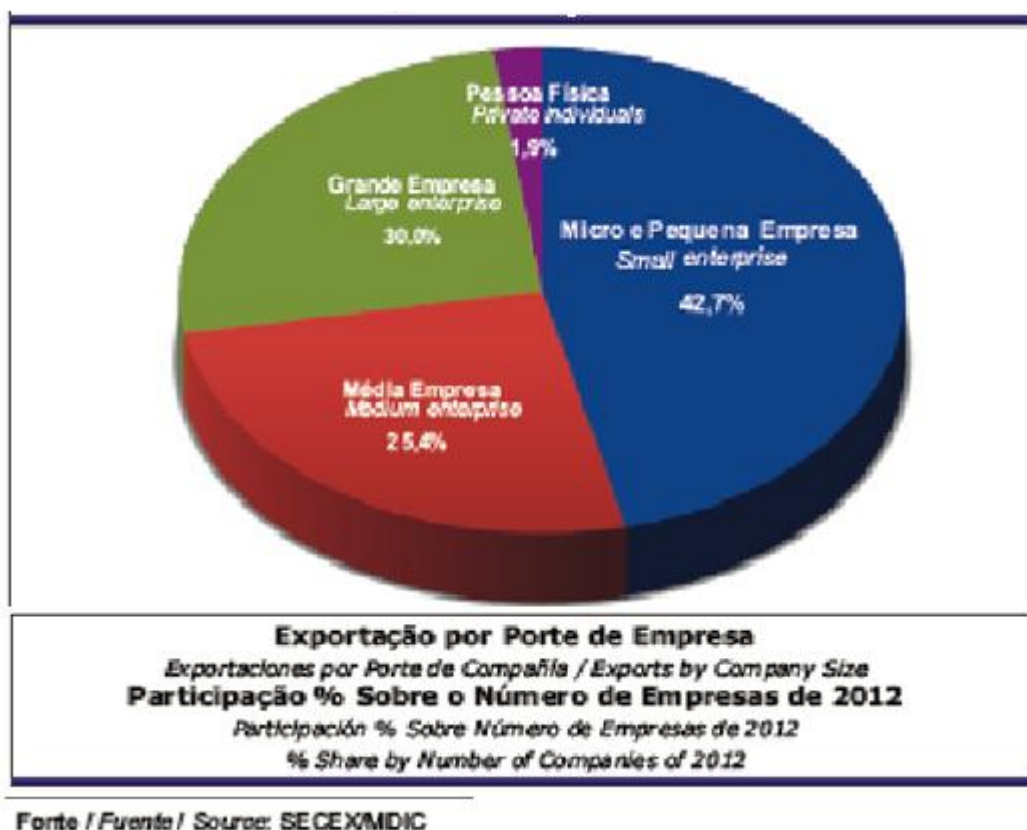
Tabela 2 – Participação em Percentual sobre o valor de 2012.



Fonte / Fuente / Source: SECEX/MDIC

Já a participação sobre o número de empresas exportadoras tornado cenário diferente, ou seja, numericamente as MPEs são superiores na atuação do mercado exterior, como é demonstrado no gráfico a seguir:

Tabela 3 – Participação em Percentual sobre o número de Empresa 2012.



É importante destacar a real importância das MPEs na economia brasileira, pois “o pequeno de hoje pode vir a ser o grande de amanhã”. Já que representaram em 2007-2008, na economia interna brasileira aproximadamente 32% das compras do Governo, ou seja, corresponde a R\$ 7,7 bilhões do valor total de R\$ 24,539 bilhões, do valor gastos pela administração pública em suas despesas. (SECEX/MDIC, 2010)



## 1. 1 Lei Geral

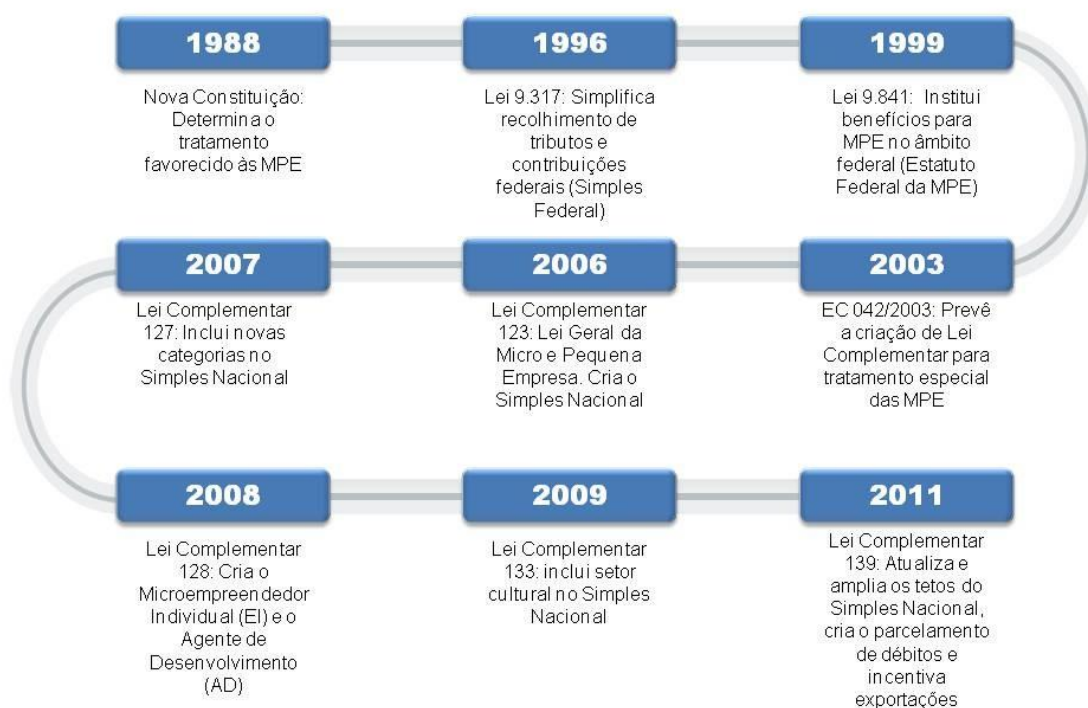
A legislação que trata sobre as micro e pequenas empresas é recente e em menos de 50 anos obteve um significativo processo de evolução, devido à situação de fragilidade, elas desfrutam de uma proteção diferenciada no que se refere ao regime de tributário, trabalhista, creditício e no campo administrativo. Assegurado pela nova Constituição Federal de 1988, Sendo um Legado da Lei 7.256/1984, Estatuto da Microempresa.

Compreendida em sua sistematicidade, a ideia de favorecimento contém sentido material, relativo às vantagens econômicas e tributárias, enquanto o tratamento diferenciado dirige-se literalmente a incentivos formais, relativos à simplificação ou a eliminação de barreiras burocráticas, administrativas, previdenciárias e creditícias. (MARTINS, 2007. p. 77).

As MPEs representam um importante segmento econômico no Brasil. No entanto, a situação gerada pela desigualdade foi um fator relevante para classificá-las como passível de políticas públicas, com a finalidade de corrigir a situação de dificuldade de gerar recursos próprios.

## 1. 2 Leis Complementares

O esquema a seguir mostra de forma simples o que será trabalhado em seguida demonstra as principais legislações desde a redemocratização do Brasil, sobre as MPEs.



Fonte: Portal Lei Geral (2012).

A Lei do SIMPLES (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) foi promulgada no ano de 1996, com a Lei 9.317. Após entrada em vigência, notou-se que a Lei do Simples trazia em seu bojo a revogação de alguns preceitos tipificados nas Leis 8.864/94 e 7.256/84. A alteração mais importante que trouxe o até em então novo diploma legal foi à modificação do tratamento fiscal da microempresa, pois o regime

da nova Lei tornou-se incompatível com aquele praticado nas Leis anteriores. (PORTAL LEI GERAL, 2012).

A criação do SIMPLES possibilitou um regime opcional compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável as MPEs. A implantação desse sistema trouxe benefícios relativos ao recolhimento de impostos, realização de obrigações trabalhistas, aquisições preferenciais de bens e serviços pelos Poderes Públicos e acesso a crédito e ao mercado. Reduziu também a alta burocracia e carga tributária, melhoraram de forma geral os aspectos fiscais. No site da Receita Federal, as pequenas e micro empresas que optarem pelo Simples deve recolher em uma guia única os seis tributos federais (IRPJ, IPI, CSLL, COFINS, PIS/PASEP e CPP), um estadual (ICMS) e um municipal (ISS). (PORTAL LEI GERAL, 2012).

Em 1999, houve a ab-rogação das Leis 7.256/84 e 8.864/94, entrando em vigor o novo Estatuto das Microempresas e Empresa de Pequeno Porte. Que além de expor matérias sobre a competência destas legislações, acolheu todos os dispositivos da lei do Simples. Passando a vigor duas leis sobre o sobre assunto empresarial. (PORTAL LEI GERAL, 2012).

No ano de 2002 a Lei 10.406 (Código Civil Brasileiro), no artigo 966, trazia o conceito de empresário (atividade profissional, econômica, organizada e com finalidade de produção ou circulação de bens ou serviços), e para a sua existência devem estar devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas conforme seu lucro a cada ano-calendário, juntamente com a classificação da micro e pequena empresa. (BRASIL, 2013).

Em 2003, promulgada a Emenda Constitucional 042/2003, acabou alterando o regime tributário nacional. A criação de lei complementar trata das normas gerais

tributárias e regulamenta o tratamento diferenciado a favor das MPEs. Alterou assim o artigo 146. (BRASIL, 2013).

Em 2006, foi publicada a Lei Complementar 123 (Lei Complementar do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), na intenção de estabelecer algumas vantagens no que se refere à Administração Direta. E dado a grande importância as MPEs na geração de empregos diretos e aquecer a economia. Originada nos artigos 170, inciso IX e 179 da Magna Carta do país In Verbis:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: (...)

IX – tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.[...]

“Art. 179. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei. (BRASIL, 2013).

A Lei traz diversos benefícios como:

- Regime unificado de apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, o chamado Imposto SIMPLES;
- Facilitações tributárias;
- Estímulo à aquisição de inovações tecnológicas;
- Dispensa do cumprimento de certas obrigações trabalhistas e previdenciárias;
- Facilitação no parcelamento de dívidas, etc. (BRASIL, 2013).

Em 2007, foi aprovada a Lei Complementar 127/2007, que instituiu algumas melhorias na Lei Geral, possibilitando que determinadas empresas do setor de serviços possam recolher seus tributos na forma do SIMPLES Nacional e reabrindo o prazo de escolha por essa opção, e também pelo parcelamento de débitos como o ICMS, já que a exclusão das micro e pequenas empresas da cobrança do ICMS, não foram aprovadas. (PORTAL LEI GERAL, 2012).

Em 2008, foi aprovada a Lei Complementar 128/2008. A Lei geral passou a incluir determinadas atividades econômicas no SIMPLES Nacional e criar a figura do "Microempreendedor Individual" com vistas à formalização dos micro-negócios. Passou também autorizar instituições de crédito presumido pelos Estados e Municípios. Outro avanço foi a regulamentando o tratamento diferenciado para ME e EPP nos casos de fiscalização orientadora pelo MTE, INMETRO e IBAMA. (PORTAL LEI GERAL, 2012).

Em 2009, aprovação de Lei Complementar 133/2009, que amplia as atividades optantes pelo SIMPLES Nacional que passou a vigorar os artigos da Lei complementar 128/2008, e expandindo a exigência de mais de 49.000 microempreendedores "Individuais" cadastrados. O Decreto nº 6.884/2009 regulamentou o Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (CGSIM), conforme a Lei Geral e com a Lei 11.598/2007. (PORTAL LEI GERAL, 2012).

Em 2011, foi aprovada a Lei Complementar 139/2011, de vigência imediata, trazia as seguintes mudanças: (BRASIL, 2013).

- Passou a considerar como Microempresas receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais). Auferida a cada ano-calendário;
- E para empresas de pequeno porte, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais). Auferida a cada ano-calendário. (BRASIL, 2013).

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

As MPEs tem desempenhado um papel fundamental na economia brasileira, dada a sua enorme participação no mercado interno. São responsáveis pelo maior número de empresas abertas no Brasil e geram mais empregos em relação às grandes empresas. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Com base na importância das MPEs, a presente seção apresenta um referencial teórico com base nos princípios relacionados à importância de uma política fiscal de incentivo a exportação no contexto de disseminar uma cultura exportadora no país. (IBGE, 2013).

A seguir será abordada a teoria institucionalista para tratar das relações partindo do Estado aos particulares e posteriormente uma abordagem de Schumpeter, para explicar o comportamento dos empresários que aproveitaram a assistência do Governo como alternativa para o crescimento da empresa sob o ponto de vista estratégico voltado a exportação.

A Escola Institucionalista surgiu por volta do ano de 1900, nos Estados Unidos, continuando até o presente, tendo como fundador Thorstein Bunde Veblen. Os principais autores que contribuíram significativamente a Teoria Econômica Institucionalista é Wesley Mitchell e John Kenneth Galbraith. Caracterizados pela oposição aos monopolistas & oligopolistas que geravam dependência econômica nas mãos de poucos e deixava a economia passível de desajustes econômicos de curto prazo. (STANLEY L. BRUE, 1945).

A escolha da Teoria Institucionalista para a presente monografia se deve ao fato de que (STANLEY L. BRUE, 1945, pg. 369) “Essa teoria representava as necessidades e os interesses das pequenas empresas agrárias e dos grupos de

trabalhadores”. Atribuindo ao Estado como instituição administrativa superior a responsabilidade de promover as mudanças sociais que a sociedade tanto ânsia.

Com o passar do tempo e a insustentabilidade de uma economia de livre mercado e crises econômicas cíclicas, o pensamento institucionalista ganhava força e exercia influencia na economia global, pois os interesses dos governantes eram de aumentar a influência do Estado na economia. Principalmente na presença de crises econômicas. Reforçando a ideia da necessidade intervencionismo para corrigir as deficiências inerentes à vida econômica e superar suas adversidades. (FEIJÓ, 2007).

Opondo-se as ideias liberais clássicas de Adam Smith sobre o *laissez-faire*, e defendendo um intervencionismo do governo para conduzir de maneira correta os assuntos sociais e econômicos. Contrariando o pensamento ortodoxo dos clássicos e novos clássicos, com críticas Thorstein Veblen criara assim um debate entre as linhas de pensadores e seus seguidores, surgindo assim o pensamento intervencionista institucionalista na forma de governar o Estado. (BRUE, 1945).

Investir em programas voltados à implantação de uma cultura exportadora pode não apenas representar o desenvolvimento da produção, mas também em aumento do índice de sobrevivência das MPEs. Consequentemente acabar resultando o um crescimento da economia local mais estável equilibrado, ao garantir melhoria nas condições sociais na parcela da população que se beneficia da política adotado pelo Governo.

Aproveitando de um Governo característico pelo assistencialismo (Luiz Inácio Lula da Silva), dado o desenvolvimento de políticas investimentos em programas voltados a aumentar o bem estar social, o empresário que buscou participar do Programa Primeira Exportação pode-se dizer que possui o espírito do



empresário Schumpeteriano, “empresário inovador”, que busca não apenas permanecer no mercado, mas competir e expandir a empresa através da inovação. Já que para competir no comércio exterior (SCHUMPETER, 1961. P. 100), “Exige habilidade, energia e uma capacidade de trabalho acima do normal”.

O empreendedor Schumpeteriano busca lucro através da sua vitalidade e energia fora do comum para criar uma inovação, representado pela oferta de produto novo e da abertura de um mercado consumidor para ele. (SCHUMPETER, 1998).

Edith Penrose resgata as ideias de Schumpeter e possibilitando assim uma interpretação sobre a ótica “orgânica” da firma que do crescimento “interno” em que a firma gera melhoria no conhecimento empresarial, com o passar do tempo ao entrar em contato com as adversidades do mercado e preparando para elas. Com a pequena empresa inserida no mercado internacional intensifica-se assim o efeito da globalizado no comércio local em que está situada a pequena empresa. (PENROSE, 1959).

A internacionalização se mostra uma alternativa atraente e necessária, no que tange à competição mundial, para as pequenas empresas. De acordo com Dias (2002), os principais motivos que levam uma pequena empresa a entrar no mercado externo são: a diminuição da dependência dos mercados internos, o aumento das receitas operacionais, uma maior rentabilidade da empresa e melhoria da qualidade e da competitividade do produto. (DIAS, 2002, apud OLIVEIRA, 2005, p. 2).

### **3 PROGRAMA PRIMEIRA EXPORTAÇÃO**

A necessidade de expandir a base exportadora nacional faz com que sejam criados diversos programas governamentais de incentivo as exportações, iniciando todos os anos novos ciclos, motivados pelo enorme potencial da base exportadora brasileira que ainda é pouco explorado se comparado com sua capacidade produtiva.

Espera-se que haja uma maior inserção de pequenas empresas nas atividades exportadoras, contando com o apoio do Governo, que tem como uma das orientações da Política Brasileira de Apoio ao Comércio Exterior à criação de condições necessárias para que a pequena empresa realize seu papel na geração de empregos, na descentralização geográfica da atividade econômica e na expansão de exportações. (OLIVEIRA, 2005. Pg. 580).

A fim de implantar uma ideia de crescimento estratégico através do comércio internacional, o Governo Federal, lançou no ano de 2007, o Programa Primeira Exportação, que entrou em vigência devido a uma iniciativa da Secretaria de Comercio Exterior, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (SECEX/MDIC). Proporciona-se uma oportunidade de crescimento aos pequenos produtores, através do aprimoramento técnico e de melhor capacitação. (SECEX/MDIC, 2010).

O programa tem a finalidade de prestar serviço de assistência e suporte técnico para as micro e pequenas empresas que tenham potencial exportador e receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), mas que por algum motivo técnico acabam não exportando. Na tentativa de aumentar a base exportadora nacional através da inserção das empresas de pequeno a médio porte no comércio exterior. (SECEX/MDIC, 2010).

O projeto piloto do Programa Primeira Exportação, iniciou atendendo 44 empresas do setor privado que se enquadravam como micro e pequenas empresas, distribuído em três Estados Brasileiros (Espírito Santo, Goiás e Rio Grande do Norte). (SECEX/MDIC, 2010).

Algumas das vantagens em trabalhar com exportação de produtos estão:

- Não dependência exclusiva do mercado local;
- Estimulo expansão da produção e melhorias na qualidade do produto;
- Lucratividade Maior;
- Desenvolvimento empresarial;
- Carga tributária menor, etc.

Por serem MPEs, os produtos por elas exportados acabam contendo maior valor agregado, devido à especificidade dos tipos de produtos do setor, o que é diferente dos produtos que dominam as exportações brasileiras que são produtos primários, que se destinam para serem beneficiados e em certos casos acabam retornando ao mercado interno brasileiro com elevado valor agregado. Isso demonstra oportunidades perdidas pelas empresas nacionais em apropriar-se delas. Um dos maiores exemplos é o caso do chocolate, em que o Brasil, é um dos maiores produtores de cacau do mundo, mas por motivo de demanda acaba importando o produto beneficiado com elevados preços.

Desse modo, o Estado deve produzir bens e serviços públicos no seu sentido mais amplo e intervir na atividade econômica através regulamentações de modo a propiciar menores custos de transações ou evitar externalidades (CARVALHO, 1979. pag.29).

### 3. 1 A origem do Programa Primeira Exportação

O Programa Primeira Exportação tem origem de uma medida econômica adotada através da Política Desenvolvimento Produtiva, com a intenção de aumentar a base exportadora nacional. Sendo uma iniciativa elaborada pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), aprimorada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), adotada pelo Ministério da Fazenda em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MIDC) e coordenada pela Secretaria de Comércio Exterior (SECEX). (MIDC/SECEX, 2010).

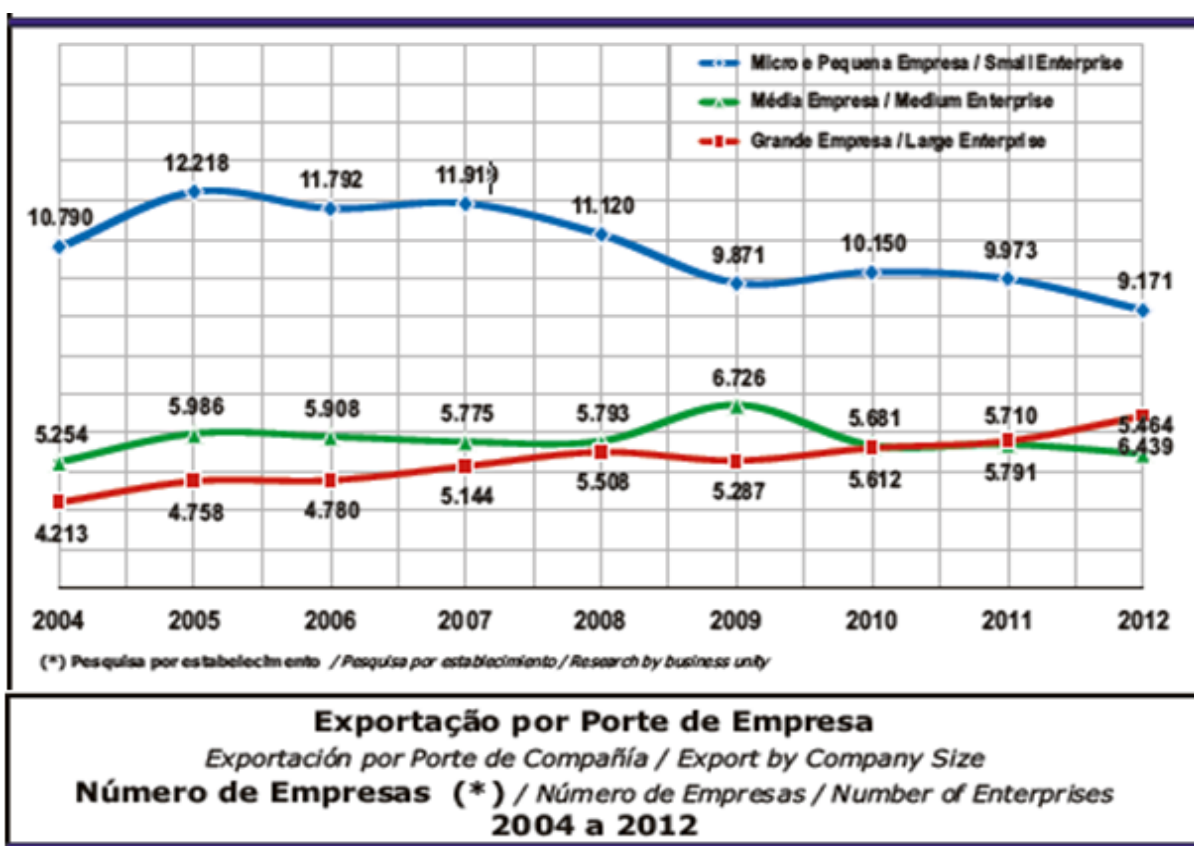
O programa foi implantado graças ao PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) lançado em janeiro de 2007. Na tentativa de manter uma taxa de crescimento da economia entorno de 5% ao ano e com a intenção de “romper barreiras e superar limites ao crescimento econômico” (MARQUES, 2010), através do desenvolvimento da produção nacional que tinha como principais objetivo:

- Aumento da taxa de investimento de 17,6% em 2007 para 21% do PIB;
  - Aumento dos gastos em pesquisas e inovação de 0,51% (2006) para 0,65% do PIB;
  - Aumento de 1,18% em 2007, para 1,25% da participação das exportações brasileiras no mercado internacional;
  - Meta de aumentar 10% no número de MPEs exportadoras até o ano de 2010.
- (POLITICA DE DENVOLVIMENTO PRODUTIVO, 2010).

Ação de ampliação do número de MPEs exportadoras e do volume exportado, fez com que a Medida que criou o Programa Primeira Exportação fosse posteriormente adaptada, para firmar em 2008, acordos de cooperação para implantação do PPE nos Estados do Rio Grande do Norte, Goiás e Espírito Santo, criando estruturas estaduais para atendimento das empresas e capacitando agentes para o acompanhamento do empresário exportador. (SECEX/MDIC, 2010).

No entanto nota-se ao longo do tempo que a política adotada não alcançou a objetivo esperado, pois a crise financeira de 2008 atrapalhou o desempenho global esperado das exportações brasileiras, reduzindo assim o número de MPEs inseridas no comércio exterior. A seguir é demonstrada graficamente a participação numérica das empresas por porte nas exportações brasileiras:

Tabela 5 – Exportação por Porte de Empresa.



Fonte / Fuente / Source: SECEX/MDIC

### 3. 2 Metodologia Empregada No Projeto Piloto.

O projeto piloto do Programa Primeira exportação, que foi repassado para as entidades de ensino superior gestoras dos projetos, possuíam três etapas a serem cumpridas:

1ª Etapa – Estruturação (limite de 4 meses): período em que corresponde ao momento em que a SECEX/MDIC (Coordenação Nacional do Projeto) se reuniu com o Governo Estadual para mobilização das entidades locais para composição do Comitê Gestor Estadual, assinatura do Acordo de Cooperação Técnica, pré-seleção e capacitação de empresas, seleção e capacitação de empresas, etc. (SECEX/MDIC, 2009).

2ª Etapa – Execução (limite máximo de 15 meses): etapa referente ao assessoramento às empresas participantes pelos agentes do Projeto. Essa etapa se subdivide em 5 fases:

- Diagnóstico;
- Pesquisa de Mercado;
- Adequação de Produto;
- Promoção Comercial;
- Operacionalização Comercial & Plano de Internacionalização. (SECEX/MDIC, 2009).

3ª Etapa – Avaliação (limite de um mês): momento em que o Projeto e os agentes são avaliados pelos empresários atendidos por meio de questionários. (SECEX/MDIC, 2009).

### 3. 3 Resultados do Projeto Piloto Programa Primeira Exportação

O Projeto teve duração máxima de 20 meses. E variou de acordo com o nível de desenvolvimento e a capacidade das empresas participantes em se adaptar as exigências do programa e também pela própria agenda de trabalho estabelecida em cada Estado. (SECEX/MDIC, 2010).

Os resultados obtidos do projeto inicial do Programa Primeira Exportação, levaram a 11 empresas de pequeno porte a exportarem, ou seja, uma em quatro empresas que iniciaram o projeto conseguiu obter êxito em no objetivo de escoar a produção via comércio exterior. O que demonstra o enorme potencial que o programa proporciona aos participantes. (SECEX/MDIC, 2010).

O mais plausível nos resultados do PPE é que sua finalização se deu em meio a grande crise econômica mundial de 2008. Obtendo assim enorme sucesso ao exportar para diversos países como Estados Unidos da America, países do bloco econômico da Europa e também para países em desenvolvimento na África e no Oriente Médio. Abrindo assim mercado novo para os produtos brasileiros. (SECEX/MDIC, 2010).

As empresas que iniciaram o projeto piloto do programa em 2007 e que conseguiram exportar foram:

<b>UF</b>	<b>EMPRESA</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>DESTINO</b>
GO	A&W Foods	Biscoitos Caseiros Congelados	Rep. Dominicana
ES	Antenas	Cristal Antenas para TV	Jordânia
RN	Aqua Coco	Água de Coco	Alemanha
GO	Fejova	Canetas Fixas Personalizadas	Colômbia
ES	Geraldo Braz Santana (Chama)	Equipamento de Proteção Individual	Angola
GO	Nonna Pasqua	Licor de Barú	Itália
GO	PC Tel Eletrônica	Gravadores Eletrônicos	México, Peru e Canadá
GO	Raquel Pires Bijouterias	Bijuterias	Itália e Austrália
RN	Real Alimentos	Castanha de Caju	França
ES	Singulare (Lorena Pinheiro)	Brindes	Estados Unidos
GO	Teixeira e Prado (Maria Madalena)	Lingerie	Espanha

**EMPRESAS ATENDIDAS NO PROJETO PILOTO DO PROGRAMA PRIMEIRA  
EXPORTAÇÃO (2007-2009)**

Fonte: SECEX/MDIC (2012).



#### **4 PROGRAMA PRIMEIRA EXPORTAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ**

Programa de apoio às exportações não é novidade em Curitiba, em 2005 a Prefeitura da Cidade em parceria com o SEBRAE, iniciou o projeto “Curitiba Exportar” tendo 633 pessoas (empresários e funcionários), que participaram do programa de capacitação durante seus dois anos e meio de vida. Obtendo bons resultados, um exemplo é o Euclides Teixeira, produtor de coletes e equipamentos de proteção para radiografia, que conseguiu fazer exportações em diversos países como Peru, Bolívia, Chile, Filipinas e Jordânia. O que acabou representou dez por cento da produção de sua empresa. (GLOBO, 2005).

Uma parceria entre a secretária Estadual da Indústria, do Comércio e Assuntos do MERCOSUL do Estado Paraná e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Secretaria de Comércio Exterior). Deu início ao primeiro ciclo do PPE em 2010, oferecendo assessoria técnica às micro e pequenas empresas interessadas em exportar pela primeira vez.

Com o objetivo de aumentar a base exportadora Estadual, o Programa tenta através da inserção de micro e pequenas empresas paranaenses no mercado internacional, por meio do acompanhamento sistematizado do processo de internacionalização de negócios. (SEIM, 2013).

O projeto teve início do ano de 2010 e finalizou no início do ano de 2013, atendeu 10 empresas de Curitiba e região metropolitana. No entanto apenas uma empresa conseguiu obter o êxito esperado do programa e deixando mais três empresas preparadas para exportar a qualquer momento. (SEIM, 2013).

O programa também destaca a importância que o Estado do Paraná tem dado ao pequeno empresário local, já que é possível que esse empresário desfrute de vários programas de capacitação disponibilizado por secretarias e órgãos ligados ao Governo do Estadual. Seguindo alguns exemplos implantados na economia japonesa pós-guerra e que se encontra até os dias atuais, em que:

Os Governos Estaduais embora com poucos recursos, começaram a adotar certas medidas para socorrer as empresas tradicionais, construindo estações experimentais e centros de treinamentos, dando assistência para melhoria de tecnologia e implantando programas para a sua promoção. (LIDA, 1984, pg. 33).

O intercâmbio de informações e de experiência concretas e a eventual adoção e adaptação de propostas e soluções encaminhadas, tais como o 'centro de regionais de informação para as PMEs', a criação de 'distritos de PMEs', ou a associação estreita de PMEs consorciadas com centros de pesquisas e de desenvolvimento das Universidades, certamente estimularão a criatividade e o empenho dos nossos empresários e administradores, ligados aos problemas das pequenas e médias unidades produtivas. (LIDA, 1984. Prefácio).

#### 4. 1 Resultados do Programa Primeira Exportação no Paraná

Das dez empresas participantes do Programa Primeira Exportação Paranaense, apenas uma empresa conseguiu se adequar e qualificar o suficiente para alcançar o objetivo primordial do programa que é o de realizar a primeira exportação.

O único caso de sucesso que o programa teve é a empresa do ramo de telecomunicações, a **Satech**, que se destacou como a única empresa a realizar uma exportação de cabo conectorizado para o Paraguai. Apesar de representar menos de um por cento do faturamento da empresa, a empresária *Elmy Matsumur*, animou-se com o resultado. (SEIM, 2013).

Desde o surgimento a gestão da empresa sempre esteve preocupada com a qualidade de seus produtos. Devendo-se a isso o reconhecimento através do conceito “excelente” em todos os quesitos da pesquisa de satisfação enviada ao comprador paraguaio. (SEIM, 2013).

A empresa adequou o site e as embalagens de acordo com as exigências internacionais, atualmente esta preparada para as próximas exportações. (SEIM, 2013).

De acordo com a empresária e proprietária da empresa **Satech**:

Exportar foi um grande desafio, tanto nos aspectos técnico e comercial. O treinamento oferecido pelo programa 'Primeira Exportação' demonstrou uma visão global do processo, que nos encorajou a enfrentar e superar todos os obstáculos. Foi uma experiência gratificante e com muito aprendizado. (Elmy Matsumura).

Este programa foi decisivo para concretização da primeira exportação, ocorrida em dezembro de 2011. Recebemos treinamento, orientação para habilitação à exportação e apoio em todas as fases do processo. (Elmy Matsumura).

Um dos efeitos gerado sobre a empresa foi à qualificação de alguns de seus funcionários nas áreas de eletrônica, telecomunicações e mecânica. E para lidar com as mudanças a empresária está priorizando o desenvolvimento de novos produtos. E também a proprietária em entrevista comentou que (Elmy Matsumura). “Houve esforço e proatividade da equipe 1<sup>a</sup> Exportação, para prospecção de novos clientes, porém não tivemos resultado positivo posterior”. Demonstra assim um comportamento esperado de uma empresária que tem o espírito do empresário inovador schumpeteriano.

De acordo com Schumpeter (1961. P.117), “Mais uma vez essa possibilidade requer estratégia que, a curto prazo, é frequentemente de natureza restritiva e, na maioria dos casos, consegue dificilmente atender a seus objetivos”.

No entanto depois de encerrado o tempo de duração do primeiro ciclo, as empresas que participaram do programa continuam a receber serviços de prestação em consultoria, devido à fragilidade das empresas em se adaptarem totalmente ao comércio exterior. Assegura-se assim solidez das empresas e eficiência no objetivo do programa.

A continuidade da prestação do serviço de assistência torna-se importante para as demais empresas que não alcançaram a meta final. Empresas que estão estruturadas e preparadas para o mercado exterior:

**QualiNova**, que atua no ramo de bebidas, uma empresa que se destacou no projeto pela agilidade e eficiência do proprietário Alisson Sato. A empresa teve de adequar o seu produto para chamar a atenção dos consumidores para a ideia de um produto natural, saudável e tipicamente brasileiro, evidenciando assim o grande diferencial da gama de produtos da Marca Qualinova. Participou da feira internacional *Americas's Food and Beverage*, que aconteceu em Miami (EUA) nos

dias 24 e 25 de setembro de 2012. Na feira a empresa expôs os produtos que tinha desenvolvido como o *Colágeno Líquido*, o *Mate Shot Detox* e o *Tropical Brazil Fruit Drink*. (SEIM, 2013).

A empresa **QualiNova**, ao longo da participação do projeto teve de adaptar a sua gama de produtos e linha de produção. E o resultado das modificações foi um produto ainda novo e com melhorias que vem ganhando espaço no mercado como o colágeno líquido. (SEIM, 2013).

**Romanus**, atuando no mercado de ingredientes e serviços voltados à indústria de alimentos. Apresenta como destaque uma linha de produtos livres de glúten e lactose. Fundada por André Luiz Ribeiro Romano em 1999, resta apenas a fase de prospecção de mercado para concluir todas as fases do programa. (SEIM, 2013).

**EcoFábrica**, produtora de brindes e produtos ecológicos. Tem como principais clientes grandes corporações, como Caixa Econômica Federal, HSBC, Petrobras e Vale. Com mais de dez anos de experiência, a empresa participou de feiras internacionais divulgando seus produtos que são feitos a partir da composição de materiais reciclados e alternativos, (papéis reciclados, plástico tipo PET das garrafas de refrigerante 100% reciclado; lona de caminhão pós-uso e retalhos de couro reciclados e reaproveitados). Resta também apenas a fase de prospecção de mercado para concluir todas as fases do programa. (SEIM, 2013).

#### 4. 2 O Custo do Programa Primeira Exportação No Estado Do Paraná

O Programa Primeira Exportação Paranaense teve como repasse de recurso do Governo Federal no valor de R\$ 810.000,00 (pagos em duas parcelas), para a prestação de serviço de assistência técnica e assessoramento às micro e pequenas empresas da região. (Anexo III).

Do montante repassado pela união a entidade gestora do projeto, tem que destinar R\$ 640.000,00, à remuneração dos agentes do comércio exterior, totalizando pagamentos de bolsas-auxílio. O valor a ser pago aos agentes é de R\$500,00, por parte da instituição gestora e de no mínimo de R\$ 150,00, por parte das empresas beneficiadas pelo programa, para complementar a bolsa auxílio do agente. (Anexo III).

Um desembolsou elevado do Governo Federal de recursos pra o qual visa estimular as entidades a aderirem ao programa. Desempenha caráter duplamente importante, em que primeiro promove o desenvolvimento das pequenas empresas e incentiva a integração entre as entidades de ensino superior na área de comércio exterior com o setor produtivo privado local. Um dos principais requisitos para que a entidade participe do programa é a de não ter como finalidade o lucro, pois o programa é de caráter social. (Anexo III).

#### 4. 3 Continuidade do Programa Primeira Exportação

A continuidade do Programa Primeira Exportação em todo o Brasil, se deu pelo motivo de “sucesso” e do elevado interesse dos empresários em aderir ao programa, na tentativa de iniciar relações comerciais com o exterior. E a cada ano que passa mais Estados brasileiros vem aderindo ao programa como forma de motivar o comércio local a continuar crescendo.

Atualmente o programa esta presente nos seguintes Estados brasileiros Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás, Espírito Santo, Paraná, São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais e Bahia. E com os incentivos dado pelo Governo Federal a tendência é a de intensificar o programa e aumentar o numero de Estados participantes. (SECEX/MDIC, 2010).

O programa pretende no segundo ciclo 25 empresas de Curitiba e região metropolitana, iniciando suas atividades no segundo semestre do ano de 2013 e finalizar no inicio do ano de 2015. (FAE, 2014).

Outro destaque do Programa Primeira Exportação ter um seguimento específico na área da vinicultura em que entre as empresas confirmadas para 2012 São Abreu Garcia (SC), Boscato (RS), Campestre (RS), Dezem (PR), Dal Pizzol (RS), Hiragami (SC), Laurentia (RS), Kranz (SC), Peterlongo (RS), Sanjo (SC), Santo Emilio (SC), Suzin (SC), Villaggio Grando (SC), Villa Francioni (SC). E das 10 vinícolas que participaram do Programa Primeira Exportação iniciado em 2010, duas efetivaram a primeira exportação Basso e Don Giovanni. A perspectiva para mais três empresas com contatos promissores para a primeira venda ao exterior. (Campo & lavoura, 2014).

## CONCLUSÃO

O programa beneficiou dez empresas paranaenses, mas apenas uma delas conseguiu se destacar ao realizar o objetivo inicial que era de efetuar a primeira exportação, que é a empresa Satech. O programa também deixou outras três empresas preparadas a realizarem sua primeira exportação a qualquer momento.

Todas as empresas que participaram do programa, mesmo as que ainda não efetuaram a sua primeira exportação, saíram fortalecidas na sua gestão administrativas, já que essas empresas estão mais preparadas para enfrentar as adversidades encontradas ao lidar com as variações do comércio internacional, e para aproveitar-se de uma relação comercial que tende com o passar do tempo tornar o mercado internacional mais acessível.

Esse ganho de experiência que o empresário adquiriu ao participar do programa, fez com que o mesmo busque mais intensamente o desenvolvimento de sua empresa, pois maior a experiência, maior será sua ânsia por crescimento, tornando-o mais competitivo e menos suscetível a falência, já que o número de firmas que fecham as portas ainda é grande no Brasil.

A motivação pela melhoria na qualidade dos produtos é outro benefício encontrado, já que um produto de boa qualidade é pré-requisito essencial para a sua comercialização no exterior. O que torna a empresa mais competitiva, possibilitando maior crescimento dessa empresa no mercado local.

O programa não beneficiou apenas as MPEs que participaram do programa, mas também os agentes de comércio exterior que são compostos por graduandos do curso de comércio exterior da FAE. E que ao entrarem em contato com as



dificuldades encontradas pelos pequenos empresários acabam ganhando experiência profissional maior e mais capacitações profissionais na área que posteriormente irá atuar no mercado de trabalho.

Ao longo do desenvolvimento do presente trabalho diversas dificuldades surgiram, no entanto, o principal empecilho encontrado foi à indisponibilidade de informação, ocasionado pela falta de publicação dos dados, motivado por cláusulas de sigilos contratuais, conforme informações obtidas junto a coordenação do programa. Algo que contradiz com os interesses públicos, já que o financiamento do projeto saiu dos cofres públicos e como tal deveria ocorrer maior transparência na forma que os recursos estão sendo aplicados.

Com isso cabe aos futuros pesquisadores e à população em geral cobrar maior divulgação de dados sobre a aplicação de recursos públicos, com a intenção de estarem fiscalizando a forma que esses recursos estão sendo gastos. Já que o custo do Programa Primeiro Exportação acaba sendo elevado para um programa caracterizado como excludente, pois acaba sendo direcionado a um número pequeno de empresas.

Para a continuidade do programa a estimativa é a de atender 25 empresas de Curitiba e região metropolitana no segundo ciclo paranaense, iniciando as atividades no meio do ano de 2013 e finalizado no ano de 2015. E pelo que se observa, há uma tendência de expansão do programa não apenas no Paraná, mas em todos os Estados Brasileiros no curto e médio prazo.

## REFERÊNCIAS

**ALBUQUERQUE**, Magaly Tânia Dias de, Caloête. Emanuel Malta, Almeida. Cleverson Pereira de. As micro e pequenas empresas na exportação brasileira: Brasil e Estados. [ et. al]. Brasília: SEBRAE, 2008.

**ANBA**. Disponível em <<http://www.anba.com.br/noticia/7422600/oportunidades-de-negocios/programa-incentiva-exportacoes-de-pequenas-empresas-de-curitiba/?indice=2010>>. Acesso em: Maio de 2014.

**ANDRADE**, Margarida de. Introdução à Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Atlas, 1993.

**APEX**. Disponível em <<http://www.apexbrasil.com.br/portal>>. Acesso em: Maio de 2014.

**BRASIL**. Estatuto da Microempresa e da empresa de Pequeno Porte. Brasília, DF: Senado Federal. 2008.

**BRASIL**. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 2013.

**BRUE**, Stanley L., 1945 – História do Pensamento Econômico / (Tradução Luciana Penteado Miquelino). São Paulo: Cengage Learning, 2011.

**CAMPO & LAVOURA.** Disponível em

<<http://wp.clicrbs.com.br/campoelavouranagaucha/2012/07/20/programa-primeira-exportacao-tera-14-vinicolas-este-ano/?topo=52,1,1,,171,77>>

Acesso em: Maio de 2014.

**CARVALHO**, José L. O Estado Na Economia. Rio de janeiro. Cultura e expressão. 1979.

**DIAS**, A. L. Reflexões e Ações para a Internacionalização da Pequena Empresa Brasileira. 2002. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis.

**EBAH.** Disponível em <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAfM7MAD/resenha-penrose-1-2>>. Acesso em: Maio de 2014.

**EDITAL.** Disponível em <<http://enciclopediaaduaneira.com.br/secex-edital-de-chamada-0112-primeira-exportacao/>> Acesso em: Maio de 2014.

**FAE.** Disponível em <<http://www.fae.edu>>. Acesso em: Maio de 2014.

**FEIJÓ**, Ricardo. História do Pensamento Econômico: De Lao Zi a Robert Luca / Ricardo Feijó. 2 ed. São Paulo: Atlas , 2007.

**GLOBO.** Disponível em

<<http://pegntv.globo.com/Pegn/0,6993,LIR159861-5027,00.html>>.

Acesso em: Maio de 2014.

**IBGE.** Disponível em < <http://www.ibge.gov.br> >. Acesso em: Maio de 2014.

**LIDA.** Itiro. Pequena e Média empresa no Japão. São Paulo. Ed. Brasiliense S. A. 1984.

**MARQUEZ,** Rosa Maria, Mariana Ribeiro Jansen Ferreira. O Brasil sob a nova ordem: a economia brasileira contemporânea: uma análise do governo Collor a Lula. São Paulo. Saraiva. 2010.

**MARTINS,** James. BERTOLDI, Marcelo M. Simples Nacional Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte Comentado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

**MDIC.** Disponível em <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: Maio de 2014.

**MINISTERIO.** Disponível em

<<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: Maio de 2014.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA.** 200 anos do Ministério da Fazenda: Os Economistas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

**OLIVEIRA**, Márcia Freire de; **MARTINELLI**, Dante Pinheiro. A internacionalização de pequenas empresas através de redes de empresas voltadas para o mercado externo: os consórcios de exportação In: EGEPE – ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS. 4. 2005, Curitiba, Anais... Curitiba, 2005, p. 577-585.

**PARANÁ ONLINE.** Disponível em <<http://www.parana-online.com.br/editoria/especiais/news/114813/?noticia=PROGRAMA+DE+APOIO+A+EXPORTACAO+JA+TEM+DEFINIDO+O+CALENDARIO+DE+2005>>. Acesso em: Maio de 2014.

**PENROSE**, Edith. A Teoria do Crescimento da Firma. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

**PEREIRA**, Braz Guimarães e Claudio kressin. Estudo do tratamento tributário das micro e pequenas empresa, UFPR, E-3313, 2003.

#### **POLITICA DE ENVOLVIMENTO PRODUTIVO.**

Disponível em <<http://www.pdp.gov.br>>. Acesso em: Maio de 2014.

**PORTAL LEI GERAL.** Disponível em < <http://www.leigeral.com.br/portal/> >. Acesso em: Maio de 2014.

**PRIMEIRA EXPORTAÇÃO.** Disponível em

<<http://www.primeiraexportacao.mdic.gov.br>>. Acesso em: Maio de 2014.

**RECEITA FEDERAL.** Disponível em < <http://www.receita.fazenda.gov.br> >. Acesso em: Maio de 2014.

**SCHUMPETER,** Joseph. Empresários, Inovação e Ciclo de Ensaios. 1 ad. USA, 1998.

**SCHUMPETER,** Joseph. Capitalismo, Socialismo e Democracia. (Editado por George Allen e Unwin Ltd., traduzido por Ruy Jungmann). Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

**SEBRAE.** Disponível em < <http://www.sebrae.com.br> >. Acesso em: Maio de 2014.

**ANEXOS:****Anexo I**

Estado: Paraná

Data: 02/05/2014

Aplicador: Vagner Ferreira da Silva

Instituição: Universidade Federal do Paraná

Responsável pelas informações: \_\_\_\_\_

**Pesquisa sobre Programas de incentivo à exportação “Primeira Exportação”**

O presente questionário tem como finalidade verificar as condições que as pequenas empresas que participaram do programa estão atualmente, acerca da inserção no mercado internacional.

**Empresa em fase de acompanhamento:**

**1- Quais foram às mudanças na empresa? S para sim, N para não ou C para ainda esta estudando o item.**

a- ( ) aumento da quantidade produzida.

b- ( ) maior eficiência na linha de produção.

c- ( ) as atividades da empresa se tornou mais intensa e/ou dinâmica.

d- ( ) contratou de mão de obra qualificada.

Qual a área do(s) profissional(s)?

R.....

e- ( ) aumento nas vendas.

f- ( ) ampliação nas linha de produção.

g- ( ) ampliação nas instalações na empresa, para se adequar a maior produção.

i- ( ) aumentou o quadro de funcionários.

Contratou quantos funcionários (operários, auxiliares, entre outros)?

R.....

**2 - O programa atendeu ou esta atendendo as expectativas iniciais? Marque um X, podendo ser mais de uma alternativa.**

a- ( ) sim.

b- ( ) não.

c- ( ) uma parcela significativa.

d- ( ) uma parcela pouco significativa.

**3 - Como avalia/conceitua o empenho e trabalho dos coordenadores e agentes do programa: pode marcar em mais de uma alternativa, apenas com um X.**

a- ( ) ruim.

b- ( ) regular.

c- ( ) bom. (muito dedicados)

d- ( ) excelente. (muito dedicados)

e- ( ) bom.

**4 - A carga tributária:**

a- ( ) aumentou.

b- ( ) diminuiu.

c- ( ) permaneceu constante

**5 - Como a empresa esta lidando com as mudanças?**

**6 - Qual foi a experiência adquirida em participar do Programa Primeira Exportação? O que foi bom? O que pode melhorar?**



**ANEXO II**

Estado: Paraná

Data: 02/05/2014

Aplicador: Vagner Ferreira da Silva

Instituição: Universidade Federal do Paraná

Responsável pelas informações: \_\_\_\_\_

**Pesquisa sobre Programas de incentivo à exportação “Primeira Exportação”**

O presente questionário tem como finalidade verificar as condições que as pequenas empresas que participaram do programa estão atualmente, acerca da inserção no mercado internacional.

**Empresa que exportou. satech**

**1- Quais foram às mudanças na empresa? S para sim, N para não ou C para ainda esta estudando o item.**

a- ( ) aumento da quantidade produzida.

b- ( ) maior eficiência na linha de produção.

c- ( ) as atividades da empresa se tornou mais intensa e/ou dinâmica.

d- ( ) contratou de mão de obra qualificada.

Qual a área do(s) profissional(s)?

R.....

e- ( ) a venda no exterior proporcionou maior lucratividade nas vendas, em relação ao mercado local.

f- ( ) aumento nas vendas.

g- ( ) ampliação nas linha de produção.

h- ( ) ampliação nas instalações na empresa, para se adequar a maior produção.

i- ( ) aumentou o quadro de funcionários.

Contratou quantos funcionários (operários, auxiliares, entre outros)?

R.....

**2 - O programa atendeu ou esta atendendo as expectativas iniciais? Marque um X, podendo ser mais de uma alternativa.**

a- ( ) sim.

b- ( ) não.

c- ( ) uma parcela significativa.

d- ( ) uma parcela pouco significativa.

**3 - Como avalia/conceitua o empenho e trabalho dos coordenadores e agentes do programa: pode marcar em mais de uma alternativa, apenas com um X.**

a- ( ) ruim.

b- ( ) regular.

c- ( ) bom ou ( ) bom (muito dedicados).

d- ( ) excelente. (muito dedicados

**8 - A carga tributária:**

a- ( ) aumentou.

b- ( ) diminuiu.

c- ( ) permaneceu constante

**4 - Como a empresa esta lidando com as mudanças?**

**5 - Qual foi a experiência adquirida em participar do Programa Primeira Exportação? O que foi bom? O que pode melhorar?**

**6 – Qual retorno em porcentagem é esperado do comércio exterior em relação ao comercio local? E a perspectiva de ganhos para os próximos 5 anos?**

## **Anexo III**

### **EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N o- 1/2012**

A Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – SECEX/MDIC, na qualidade de gestora do Plano Nacional da Cultura Exportadora, previsto na Lei N o- 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que estabelece o Plano Plurianual 2012-2015, e considerando as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012, Lei N o- 12.465, de 12 de agosto de 2011, do Decreto N o- 6.170, de 25 de julho de 2007, e da Portaria Interministerial MP/MF/CGU N o- 507, de 24 de novembro de 2011, torna pública as regras para a seleção de propostas para prestação de assistência e suporte técnico às atividades do Projeto Primeira Exportação, nos seguintes termos:

#### **1. DA AUTORIZAÇÃO**

1.1 As atividades do Projeto Primeira Exportação estão vinculadas ao Programa PPA 2012/2015 No- 2024 – Comércio Exterior; no Objetivo 0808 – Promover a difusão da cultura exportadora nas Unidades da Federação, mobilizando e capacitando gestores públicos, empresários e profissionais de comércio exterior, com a finalidade de aumentar e qualificar a base exportadora; pertencente à Iniciativa 03AI – Implementação do Plano Nacional da Cultura Exportadora; na Ação 20JA – Gestão do Plano Nacional da Cultura Exportadora. Esse projeto, de iniciativa do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior em parceria com os governos estaduais e outras entidades envolvidas com o comércio exterior, tem

como objetivo ampliar e qualificar a base exportadora brasileira, oferecendo assessoria técnica a pequenas e médias empresas em sua primeira transação internacional, por meio do acompanhamento sistematizado do processo de internacionalização de negócios.

## **2. DO OBJETO DO EDITAL.**

2.1 Constitui objeto deste Edital a seleção de proposta para prestação de assistência e suporte técnico às atividades do Projeto Primeira Exportação, por intermédio de convênio, apresentada por entidade privada sem fins lucrativos com reconhecida capacidade técnica e administrativa.

## **3. DA QUALIFICAÇÃO COMO PROPONENTE**

3.1 Poderão participar desta Chamada Pública as Entidades Privadas sem Fins Lucrativos cujo objeto social contemple atividades de gestão de projetos que apóiam discentes no assessoramento a empresas no processo de internacionalização de negócios.

3.2 Os proponentes deverão comprovar a existência de capacidade técnica e administrativa para execução do projeto, mediante apresentação dos documentos probatórios listados abaixo, que deverão ser inseridos na guia “Acompanhamento e Fiscalização” disposto no menu principal do SICONV – Sistema de Gestão de Convênio ([www.convenios.gov.br](http://www.convenios.gov.br)):

- a) relação dos recursos humanos da instituição que atuarão diretamente no desenvolvimento das atividades do projeto em questão, conforme modelo constante do anexo 1 a este Edital;
- b) 3 (três) certidões, no mínimo, de capacidade técnica e operacional expedidos por órgãos/instituições responsáveis por projetos que apoiam discentes no assessoramento a empresas no processo de internacionalização de negócios; e
- c) comprovação, na forma de relatórios técnicos finais, da realização de, no mínimo, 3 (três) projetos que apóiam discentes no assessoramento a empresas no processo de internacionalização de negócios.

3.3 Para apresentação de propostas, o Proponente deverá realizar o credenciamento e o cadastramento prévio no Sistema de Gestão de Convênio – Portal SICONV, disponível no endereço eletrônico [www.convenios.gov.br](http://www.convenios.gov.br).

#### **4. DO APOIO FINANCEIRO**

4.1 O valor de repasse dos recursos é de R\$ 810.000,00 (oitocentos e dez mil reais), a serem pagos em 2 (duas) parcelas, distribuído na seguinte forma:

- a) 1ª parcela – 50% do valor total na assinatura do instrumento jurídico;
- b) 2ª parcela – 50% do valor total, 8 (oito) meses após a assinatura do instrumento jurídico. O pagamento da 2ª parcela será autorizado após parecer da área técnica do Projeto atestando o cumprimento das etapas e a boa execução do pactuado no objeto e no cronograma do convênio.

4.2 Ressalta-se que do valor total dos recursos, a parcela de R\$ 640.000,00 (seiscentos e quarenta mil reais) está reservada para o pagamento de 80 (oitenta)

bolsas-auxílio de agentes de comércio exterior do Projeto Primeira Exportação homologados pelo Comitê Gestor dos Estados e pela Coordenação Nacional do Projeto no período de 16 (dezesseis) meses, entre os 20 (vinte) meses de execução, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais). Esclarece ainda que o pagamento das bolsas-auxílio ao agente de comércio exterior, mencionada acima, para assessoria técnica às empresas participantes do projeto, será efetuado parte pelos recursos do MDIC, no valor supracitado, e parte complementar com recursos das empresas beneficiadas pelo Projeto. Com isso, cada empresa do projeto deverá contribuir com, no mínimo, R\$ 150,00 como contrapartida.

4.3 As propostas contemplarão o aporte de recursos de contrapartida pela entidade proponente, podendo ser financeira ou na forma de bens e/ou serviços, economicamente mensuráveis no valor de no mínimo 8% (oito por cento), incidente sobre o valor global do projeto.

## **5. DA PROPOSTA**

5.1 O interessado, após credenciamento e cadastramento, deverá manifestar seu interesse em participar deste edital, mediante a apresentação de proposta no SICONV – Sistema de Gestão de Convênio ([www.convenios.gov.br](http://www.convenios.gov.br)), Programa SICONV No28000.23696.2024.20J4.0001 - Gestão do Plano Nacional da Cultura Exportadora, conforme disposto pela Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº507, de 24 de novembro de 2011, observados os requisitos técnicos previstos no campo 6 deste Edital.

## **6. DOS REQUISITOS TÉCNICOS PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA**

6.1 Constitui objeto do convênio a ser firmado no amparo deste Edital a prestação de assistência e suporte técnico às atividades do Projeto Primeira Exportação nos 7 (sete) estados participantes (Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Santa Catarina), visando auxiliar as empresas de pequeno e médio porte na colocação de seus produtos no mercado externo, bem como acompanhar o projeto em âmbito nacional em conjunto com a SECEX/MDIC, em observância a Metodologia de Implementação do Projeto ([http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl\\_1340905256.pdf](http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1340905256.pdf)).

6.2. O prazo previsto de execução da proposta deverá ser em até 20 (vinte) meses.

6.3 O proponente deverá apresentar proposta de metas e etapas necessárias à execução do Projeto de cada fase (Diagnóstico, Pesquisa de Mercado, Adequação de Produtos e Processos, Promoção Comercial, Operacionalização da Exportação/Plano de Internacionalização) de acordo com a referida Metodologia indicada no item 6.1, cuja caracterização deverá contemplar as seguintes ações:

- a) Descrição das atividades na gestão e acompanhamento do Projeto Primeira Exportação em nível nacional, em conjunto com a SECEX/MDIC;
- b) Plano de execução das atividades a serem realizadas junto aos Comitês Gestores dos Estados quanto à seleção, acompanhamento e orientação das empresas e dos agentes de comércio exterior do Projeto Primeira Exportação. É de responsabilidade do Comitê Gestor de cada Estado ajudar na arregimentação das empresas, com mínimo de 40 pré-selecionadas de pequeno e médio porte, segundo os critérios da Metodologia do Projeto (mencionada no item 6.1);

- c) Monitoramento das atividades, relatórios, em observância aos prazos, em todas as fases de execução efetuadas pelas empresas participantes e agentes de comércio exterior do Projeto Primeira Exportação;
- d) Repasse da Bolsa-Auxílio aos Agentes de Comércio Exterior do Projeto Primeira Exportação homologados pelo Comitê Gestor e pela Coordenação Nacional do Projeto;
- e) Proposição de Planejamento referente às despesas com diárias e passagens, materiais de expedientes, telefone para acompanhamento das atividades nos 7 Estados indicados no item 6.1, no período de execução do Projeto Primeira Exportação;
- f) Elaboração de Plano de Internacionalização para cada empresa participante do Projeto; e
- g) Apresentação de Relatório Final do Projeto.

6.4 Para efeitos do que dispõe o item 6.2 deste Edital, considerar-se-á:

- a) meta: parcela quantificável do objeto, que deve indicar os produtos mensuráveis que permitem o alcance das finalidades do Projeto; e
  - b) etapa: divisão existente na execução de uma meta, devendo especificar o conjunto das atividades sequenciais que permitirão o alcance dos resultados pretendidos.
- 6.5 Constituem requisitos funcionais mínimos para assistência e suporte técnico ao Projeto:

- a) Domínio da Metodologia de Implementação do Projeto Primeira Exportação;
- b) Experiência de no mínimo 5 anos em gestão de projetos que apoiem discentes no assessoramento a empresas no processo de internacionalização de negócios;



- c) Equipe técnica da entidade sem fins lucrativos com mais de 15 anos de experiência em comércio exterior;
- d) Disponibilidade para viagens em território nacional e trabalho nos 7 Estados do Projeto indicados no item 6.1.

#### 6.6 Não serão cobertas despesas com:

- a) custeio de bens de capital e/ou similares;
- b) custos administrativos de manutenção e funcionamento da instituição proponente, incluindo taxa de administração, gerência, coordenação, contabilidade, luz, água, telefone, aluguel de imóvel e IPTU;
- c) gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração a integrantes do corpo dirigente da instituição ou a servidores públicos federais, estaduais ou municipais integrantes da administração direta ou indireta;
- d) pagamento de taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive aquelas decorrentes de pagamento ou recolhimento fora do prazo;
- e) ornamentação, cerimonial, apresentação artística e coffeebreak.

#### 6.7 Observado o limite de 3% do valor do objeto, os recursos do convênio ou termo de parceria poderão custear despesas administrativas, obedecidas as seguintes exigências:

- a) estarem expressamente previsto no plano de trabalho;
- b) estarem devidamente relacionadas ao objeto do convênio ou termo de parceria; e
- c) não sejam custeadas com recursos de outros convênios ou termo de parceria.

#### 6.8 As empresas a serem contratadas deverão ter participado de cotação prévia de preços, ressalvados os casos em que não acudirem interessados à cotação, quando

será exigida pesquisa no mercado, prévia à contratação, que será registrada no SICONV e deverá conter, no mínimo, orçamentos de 03 (três) fornecedores.

6.9 As propostas deverão ser acompanhadas de Termo de Referência, contemplando o detalhamento técnico dos itens de custo, prazo e metodologia de execução do Projeto, segundo o modelo constante do anexo 2 deste Edital.

## **7. DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

7.1 As propostas deverão ser apresentadas no prazo máximo de 25 (vinte e cinco) dias, contados da data de publicação deste Edital.

## **8. DOS CRITÉRIOS PARA ANÁLISE E SELEÇÃO**

8.1 A seleção das propostas será realizada por Comissão Julgadora, instituída pela Secretária de Comércio Exterior, constituída por três técnicos do Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior da SECEX/MDIC, e homologada pela Secretária de Comércio Exterior.

8.2 As propostas serão avaliadas pela Comissão Julgadora, em três fases distintas:

a) **HABILITAÇÃO:** nesta fase, será julgada a condição de habilitação técnica e administrativa do Proponente para participar da presente Chamada Pública, onde será observado se o mesmo está devidamente credenciado e cadastrado no SICONV;

b) **CLASSIFICAÇÃO:** nesta fase, os projetos serão classificados pela Comissão Julgadora, conforme os critérios definidos no item 8.4 deste edital;

c) **SELEÇÃO:** nesta fase, a proposta que obtiver maior pontuação na fase de classificação será indicada como vencedora deste Edital.

8.3 A Comissão Julgadora procederá à classificação das propostas apresentadas a esta Chamada Pública com base nos seguintes critérios: Critérios de Pontuação – Item – Nota – Peso – Pontuação Máxima Qualificação da entidade em gestão de projetos que apoiam discentes no assessoramento a empresas no processo de internacionalização de negócios – 0 a 5 5,00 25,00.

Qualificação da equipe indicada pela entidade a prestar assistência e suporte técnico ao Projeto – 0 a 5 5,00 25,00.

Conformidade da proposta com os objetivos do projeto – 0 a 5 4,75 23,75

Adequação do orçamento e do cronograma de atividades aos objetivos da proposta – 0 a 5 3,75 18,75. Disponibilidade de infra-estrutura e condições de apoio e suporte técnico para gestão, execução acompanhamento do projeto – 0 a 5 1,50 7,50

8.4 Caso haja necessidade, serão utilizados os seguintes critérios de desempate:

- a) Qualificação da equipe indicada pela entidade a prestar assistência e suporte técnico ao Projeto;
- b) Qualificação da entidade em gestão de projetos que apóiam discentes no assessoramento a empresas no processo de internacionalização de negócios;
- c) Conformidade da proposta com os objetivos do projeto; e
- d) Adequação do orçamento e do cronograma de atividades aos objetivos da proposta.

8.5 A Secretaria de Comércio e Exterior – SECEX/MDIC publicará no prazo máximo de 30 (trinta) dias o resultado da fase de classificação e seleção, com a respectiva pontuação atribuída a cada proposta apresentada a esta seleção.

8.6 Os recursos acerca do resultado desta seleção deverão ser apresentados no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados do prazo estabelecido no item 8.5, e serão avaliados pela Comissão Julgadora.

## **9. DO RESULTADO FINAL**

9.1 O resultado final da Chamada Pública será devidamente fundamentado pela Secretaria de Comércio Exterior e será divulgado em até 45 (quarenta e cinco) dias após o término do prazo para apresentação de recursos, a que se refere o item 8.6 deste Edital.

## **10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1 O presente edital e seus anexos ficarão a disposição dos interessados na página eletrônica do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – [www.mdic.gov.br](http://www.mdic.gov.br)

10.2 A celebração do instrumento de convênio decorrente desta Chamada Pública ficará condicionada:

- a) ao atendimento das diretrizes estabelecidas no presente Edital e seus anexos;
- b) ao registro e encaminhamento de todas as informações necessárias por meio do SICONV; e

c) à disponibilidade de crédito orçamentário.

10.3 A minuta do instrumento de convênio a ser firmado no amparo deste Edital será elaborada de acordo com as orientações normativas vigentes, os registros do SICONV e as informações prestadas pelo Proponente, por ocasião da apresentação da proposta, sendo de exclusiva responsabilidade do Proponente a obrigação de informar tempestivamente à SECEX/MDIC toda e qualquer alteração na titularidade de seus dirigentes, na titularidade dos intervenientes, se houver, bem como de qualquer outro fato que venha a alterar a minuta do instrumento.

10.4 Assinarão o instrumento, obrigatoriamente, os partícipes e o interveniente, se houver, não sendo permitida assinatura mediante delegação, subdelegação e/ou procuração;

10.5 O presente Edital pode a qualquer tempo ser revogado ou anulado, no todo ou em parte, inclusive por decisão unilateral da SECEX/MDIC, sem que isso implique direitos à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

10.6 Os pedidos de esclarecimento, decorrentes de dúvidas de interpretação deste Edital e de seus anexos, bem como as informações adicionais eventualmente necessárias, deverão ser encaminhadas à área técnica do DEPLA/SECEX/MDIC, no prazo máximo de 10 (dez) dias anteriores ao encerramento do prazo de apresentação das propostas, exclusivamente por intermédio do e-mail [rimeiraexportacao@mdic.gov.br](mailto:rimeiraexportacao@mdic.gov.br)

10.7 Os casos omissos serão dirimidos pela SECEX/MDIC.

TATIANA LACERDA PRAZERES

Secretária.

## ANEXO IV



Menu - Secretaria da Indústria x Ecofábrica - Secretaria da x Qualinova - Secretaria da x Romanus - Secretaria da x

www.seim.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=234

ir para o conteúdo ir para a navegação mapa do site acessibilidade contraste A+ A- Transparência

Pesquisar palavra-chave

**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO

**SECRETARIA DA  
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E ASSUNTOS DO MERCOSUL**

**Romanus**

Romanus	Progresso
1ª Fase	✓
2ª Fase	✓
3ª Fase	✓
4ª Fase	✓
5ª Fase	X

**Legenda:**  
 1ª Fase - Diagnóstico  
 2ª Fase - [PESQUISA DE MERCADO](#)  
 3ª Fase - Adequação do Produto  
 4ª Fase - Promoção Comercial  
 5ª Fase - Operacionalização Comercial

**Romanus**  
soluções em alimentos

Fundada por André Luiz Ribeiro Romano em 1999, a empresa Romanus atua no mercado de ingredientes e serviços voltados para a indústria alimentícia. Apresenta como destaque uma linha de produtos livres de glúten e lactose.

A empresa se faz presente no Projeto Primeira Exportação desde 2010, início do Projeto. Dentro da metodologia, a empresa já concluiu as seguintes fases: Diagnóstico, [PESQUISA DE MERCADO](#) e Adequação do Produto. Encontra-se na fase de Prospecção de mercado, com o objetivo de internacionalizar a empresa e difundir a prática da cultura exportadora.

Com variados produtos que se destacam pela qualidade, a Romanus busca seu espaço no mercado internacional. Neste ritmo, a primeira exportação da empresa Romanus Soluções em Alimentos está cada vez mais próxima.

Imprimir | Compartilhar

Voltar | Início

Menu - Secretaria da Indústria x Ecofábrica - Secretaria da x Qualinova - Secretaria da x

www.seim.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=233

ir para o conteúdo ir para a navegação mapa do site acessibilidade contraste A+ A- Transparência

Pesquisar palavra-chave

**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO

**SECRETARIA DA  
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E ASSUNTOS DO MERCOSUL**

**Qualinova**

Qualinova	Progresso
1ª Fase	✓
2ª Fase	✓
3ª Fase	✓
4ª Fase	✓
5ª Fase	X

**Legenda:**  
 1ª Fase - Diagnóstico  
 2ª Fase - [PESQUISA DE MERCADO](#)  
 3ª Fase - Adequação do Produto  
 4ª Fase - Promoção Comercial  
 5ª Fase - Operacionalização Comercial

**QUALINOVA**

Atuando no ramo de bebidas, a Qualinova se destacou no projeto pela eficiência e agilidade do empresário Alisson Sato. A empresa já passou pela fase de Diagnóstico, [PESQUISA DE MERCADO](#), Adequação do Produto e encontra-se na fase de prospecção de mercado. Recentemente a Qualinova participou da feira internacional *Americas's Food and Beverage*, que aconteceu em Miami (EUA) nos dias 24 e 25 de setembro de 2012. Para a feira, foram desenvolvidos sucos que representassem a diversidade brasileira, buscando chamar a atenção do consumidor para algo natural, saudável e tipicamente brasileiro, evidenciando assim o grande diferencial do produto Qualinova. Dentre os produtos expostos na feira estão o *Colágeno Líquido*, o *Mate Shot Detox* e o *Tropical Brazil Fruit Drink*.

Imprimir | Compartilhar

Voltar | Início

www.pr.gov.br

Menu - Secretaria da Indústria x Ecofábrica - Secretaria da Indústria x

www.seim.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=232

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E ASSUNTOS DO MERCOSUL

Pesquisar:  palavra-chave

**Ecofábrica**

Ecofábrica	Progresso
1ª Fase	✓
2ª Fase	✓
3ª Fase	✓
4ª Fase	✓
5ª Fase	X

**Legenda:**

1ª Fase - Diagnóstico

2ª Fase - **PESQUISA DE MERCADO**

3ª Fase - Adequação do Produto

4ª Fase - Promoção Comercial

5ª Fase - Operacionalização Comercial

A empresa Ecofábrica, gerida por Sônia Knopik, de origem curitibana, é produtora de produtos e brindes ecológicos. Tem como principais clientes grandes corporações, como Caixa Econômica Federal, HSBC, Petrobras e Vale.

Utilizando as ferramentas de ecodesign, a Ecofábrica desenvolve e comercializa produtos a partir da composição de materiais reciclados e alternativos, (papéis reciclados, plástico PET das garrafas de refrigerante 100% reciclado; lona de caminhão pós-uso e retalhos de couro reciclados e reaproveitados).

Com mais de dez anos de experiência, a empresa participa de feiras internacionais divulgando seus produtos. Está presente no Projeto Primeira Exportação desde seu início, em 2010. A empresa já concluiu as primeiras fases: Diagnóstico, **PESQUISA DE MERCADO** e Adequação do Produto.

Imprimir | Compartilhar

Voltar | Início